

VALE VERDE

Justiça mantém prefeito Emir da Silva no cargo

A 21ª Comarca Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou na quarta-feira um recurso impetrado pela Câmara de Vereadores de Vale Verde por meio do qual recorria da decisão da Comarca de General Câmara, que reconduziu o prefeito Emir Rosa da Silva ao cargo, após ter sido cassado pelo Legislativo. Por unanimidade, o Tribunal entendeu que o julgamento realizado pela Câmara não observou as formalidades legais necessárias ao processo, explicou o advogado de defesa, Yascha Golubcik.

A Câmara, porém, ainda pode tentar recursos nos Tribunais Superiores, em Brasília. O atual presidente da Câmara de Vereadores, Paulo Renato Meurer, disse que só irá se manifestar sobre o assunto quando for informado oficialmente pela Justiça do Rio Grande do Sul.

Já o prefeito Emir Rosa da Silva destacou que não há nenhuma irregularidade nas contas da administração municipal, conforme os dados do Tribunal de Contas do Estado, inclusive em 2005, ano em que foi feita a licitação para a compra do motor da patrula. O prefeito havia sido cassado pela

Câmara em dezembro do ano passado, por sete votos a dois, por uma suposta compra superfaturada de um motor para uma motoniveladora.

No entanto, no dia 16 de janeiro deste ano, uma oficial de justiça da Comarca de General Câmara, em cumprimento ao mandato judicial expedido pela juíza de direito, Romani Dalcin, extraído dos autos do mandado de segurança impetrado pelo prefeito Emir Rosa da Silva, reconduziu-o ao comando da Prefeitura. A decisão judicial concedeu a segurança pleiteada, declarando nulo o julgamento realizado na sessão extraordinária de nº 06/2006, bem como declarou nulo o decreto legislativo 01/06 que cassou o mandato do prefeito.

Para a Justiça, o vereador Arnaldo Ohlweiller, que era o presidente da Câmara e denunciante do processo na ocasião, não poderia ter presidido nem votado na sessão de cassação. Durante 45 dias o vice-prefeito Walter Kappel esteve à frente do Executivo municipal, tempo que Emir Rosa da Silva esteve afastado.

VERA CRUZ

Câmara aprova auxílio a empresa por cinco anos

A Câmara de Vereadores de Vera Cruz aprovou, nesta semana, incentivo à Kauzer Indústria e Comércio de Artigos Esportivos Ltda. A Prefeitura concederá à empresa isenção parcial do IPTU e da taxa de licença para localização e funcionamento pelo prazo de cinco anos. Também foi aprovado auxílio para a Jampet Plásticos Ltda, através do pagamento de 100% do aluguel de um prédio localizado na RSC-287, por seis meses, o que representa R\$ 2,5 mil ao mês.

A Lei 2.729, de 29 de novembro de 2005, prevê a concessão de 100% de desconto do IPTU no primeiro ano; no segundo, 80%; no terceiro, 60%; no quarto, 40% e no quinto, 20%. Na justificativa do projeto, o Exe-

cutivo esclarece que a Kauzer é uma fábrica constituída no município e que vem projetando o nome de Vera Cruz no País e no exterior. O incentivo foi aprovado pelo conselho técnico do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico do Município (Prodecon).

O líder do governo, Valdomiro Luiz da Rocha (PT), afirma que é de se supor que, com os passar dos anos, a empresa enfrente menos dificuldades financeiras, e por isto, o estabelecimento de um sistema de percentual de desconto do imposto gradativamente menor.

A Jampet desenvolverá atividades industriais e comerciais no ramo de reciclagem de plásticos. O incentivo também foi aprovado pelo Prodecon.

Município prepara gincana cultural no aniversário

Vale Verde – A Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Vale Verde, em parceria com o Centro de Cultura, pretende promover uma gincana cultural durante as programações do 12º aniversário do município. O início será no dia 17 de outubro terminando no dia 22. Qualquer pessoa poderá formar sua equipe e participar representando um grupo, entidade ou escola. Interessados devem entrar em contato com a secretária de Educação, Morenídia Henriques Silveira.

Base de dados moderniza o acesso ao Arquivo Histórico

RIO PARDO > SISTEMA VAI FACILITAR PESQUISA NO ACERVO DE DOCUMENTOS

Otto Tesche
otto@gazetadosul.com.br

Um dos mais antigos e maiores espaços de pesquisa no Estado vai ganhar uma base de dados para facilitar o trabalho das pessoas que buscam dados sobre o passado. O Arquivo Histórico Municipal Biágio Soares Tarantino, de Rio Pardo, fundado pelo historiador que leva o seu nome, é considerado um dos mais importantes acervos de documentos do País. O local guarda a memória dos primeiros moradores de grande parte do Rio Grande do Sul. Os apontamentos começam em 1768 e o espaço abriga aproximadamente 100 mil documentos, grande parte manuscritos.

O objetivo da base de dados é facilitar o acesso ao acervo. A estagiária da Secretaria de Educação e acadêmica de História da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Fábria Wink, explica que toda a documentação no arquivo está agrupada por ordem cronológica, o que dificulta as pesquisas por não haver dados por assunto. No local se encontram livros e documentos avulsos dos mais variados registros do Brasil Reino, Império e República até os dias atuais.

A montagem da base de dados começou há um ano, inicialmente com a organização do arquivo. O trabalho é desenvolvido pela Prefeitura de Rio Pardo em parceria com a Unisc por meio do projeto de revita-



FÁBRIA: documentos desde o ano de 1768, em sua maioria manuscritos

lização do Arquivo Histórico (Revita), sob a coordenação do professor José Martinho Rodrigues Remedi. O espaço ganhou móveis novos, como prateleiras, mesas de pesquisa e de limpeza do acervo, dois computadores, um scanner, impressora e outros componentes.

A estagiária Fábria Wink explica que o software da base de dados possui padrão internacional e estará dividida em dois tipos: para a documentação manuscrita e para a biblioteca, que possui diversos livros raros e bastante antigos, que podem ser consultados apenas no local. O sistema é um dos mais modernos no País e disponível em poucos arquivos. Fábria afirma que por enquanto não ocorre a digitalização dos documentos, que é um processo de alto custo.

A montagem base de dados da biblioteca está em fase de conclusão e terá todas as informações relacionadas às obras de acordo com as normas internacionais. A diferença, conforme Fábria, é que não há o empréstimo dos exemplares. A expectativa é que os recursos estarão disponíveis para uso dos pesquisadores a partir do próximo mês.

O levantamento dos documentos, porém, deve levar dois ou mais anos devido às dificuldades de leitura, pois praticamente todos são manuscritos. Fábria Wink explica que apenas uma funcionária do arquivo consegue fazer este trabalho. A catalogação terá data da peça, localização, palavras-chave sobre o conteúdo, nome de quem assina e um breve resumo.

Internet também vai facilitar pesquisas

As duas bases de dados também serão disponibilizadas no site do Arquivo Histórico. A expectativa é que as primeiras informações possam ser acessadas dentro de dois meses. A funcionária Daniela Bastos Oliveira é uma das responsáveis pela digitação do material. Rio Pardo é o segundo município do país a conter o maior número de documentos referentes a inventários. O acervo mostra a divisão de terras do País e do Estado, tornando-se referência na pesquisa histórica.

O Arquivo Histórico reúne cerca de 100 mil documentos, com 553 códices (livros com documentos e registros). Grande parte dos registros feitos no Estado, entre os séculos 18 e 20, sobre a colonização do interior, se encontra no local, pois Rio Pardo, durante muito tempo, representou 55% do território



DANIELA integra a equipe que realiza o levantamento dos dados do acervo

gaúcho, dando origem a mais de 200 novas cidades.

Toda a imigração alemã na região entrou por Rio Pardo e os dados se encontram no arquivo. No local há informações desde o período colonial. No acervo existe uma coleção de jornais da cidade

até os anos 50. Outra curiosidade são as certidões de óbitos, muito procurados para pesquisas familiares. Mas ao mesmo tempo novos documentos são agregados. O arquivo funciona na Travessa Matheus Simões, 134, no Centro de Rio Pardo.